

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2019 – Republicação do PE Nº 37/2018
Processo nº 23205.003184/2018-04

1. DO OBJETO

1.1. Selecionar propostas visando a **Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de material – sendo serviço de manutenção predial civil, hidráulica – para o campi Erechim/RS**, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e demais anexos do Edital:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE E ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Manutenção predial – Civil: Serviços de manutenção e conservação predial para cobertura, estrutura, fundações, paredes, esquadrias de madeira, rede de GLP, revestimentos, impermeabilização, urbanização, movimentação de terra e pavimentação tipo paver; Manutenção dos sistemas hidráulicos de água fria, quente, pluvial e sanitário, inclusive equipamentos do sistema, tais como reservatórios em fibra de vidro, bombas de recalque, válvulas, filtros, registros. Incluindo fornecimento de material, mão de obras e destinação de resíduos necessários para execução dos serviços. Erechim – RS –	Serviço	12	R\$ 6.109,93	R\$ 73.319,11

	Chamado mín. R\$2.500,00. Contrato de 12 meses podendo ser renovado até 60 meses com reajuste baseado no índice oficial: SINAPI. Não admitida subcontratação do objeto principal.				
TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO:					R\$ 73.319,11

1.2. Especificações do objeto

1.2.1. As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pelo requisitante do objeto e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma contratação com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.

1.2.3. A Contratada deve ter a ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente na prestação dos serviços de manutenção, inclusive os custos com o deslocamento até o local onde serão realizados os serviços.

1.3. Da Pesquisa de Preços e dos Valores

1.3.1. Da Pesquisa de Preços:

1.3.1.1. O valor utilizado como referencial de preço máximo para os itens deste Termo de Referência foi definido pelo requisitante do objeto e conforme por ele indicado nas folhas nº 30, 177 e 303 do presente processo e ratificado nas folhas nº 1106 e 1107 do processo.

1.3.2. O valor total estimado para a aquisição dos itens que compõem este Termo de Referência é de **R\$ 73.319,11 (Setenta e três mil, trezentos e dezenove reais e onze centavos).**

1.4. Da Garantia

1.4.1. Garantia:

1.4.1.1. Quanto aos prazos de garantia, desde que observadas e respeitadas as disposições legais aplicáveis, prevalecem os períodos estabelecidos nas especificações técnicas dos itens deste Termo de Referência, salvo quando for verificado prazo maior na descrição contida na proposta comercial do fornecedor.

1.4.1.2. Para os itens que não apresentam indicação do prazo de garantia na sua descrição, a Contratada deverá observar a garantia mínima estabelecida no Código de Defesa do Consumidor.

1.4.1.3. Durante o período de garantia, quaisquer peças, componentes ou outros materiais ou serviços que apresentarem vício ou defeitos de fabricação ou danos não decorrentes de uso em condições normais, incluso os sofridos durante o transporte até as dependências da Universidade, deverão ser substituídos por originais e novos, sem qualquer ônus adicional à UFFS.

1.4.1.4. As despesas tais como, frete, impostos, tarifas e seguros dos equipamentos e/ou componentes substituídos serão de inteira responsabilidade da Contratada.

1.5. Dos Critérios de Sustentabilidade

1.5.1. De acordo com o requisitante do objeto, os critérios de sustentabilidade foram analisados

segundo SLTI/MPOG n. 01/2010 e o licitante deverá observar as diretrizes de carácter ambiental e de destinação de resíduos constante nas obrigações da contratada.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

As justificativas e objetivo para a contratação dos itens deste Termo de Referência foram apresentadas pelo requisitante do objeto, conforme segue abaixo:

2.1. Da Justificativa do objeto

2.1.1. A demanda origina-se para assegurar bom funcionamento e segurança no uso dos equipamentos conforme legislação municipal, código de obras e instruções normativas dos bombeiros bem como manter o padrão de desempenho das edificações, considerando critérios dos planos de logística sustentável.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O objeto deste Termo de Referência, se enquadra como serviço comum, para fins do disposto no artigo 4º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, cabendo licitação na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, observado o disposto na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, na Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.2. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes endereços:

4.2.1. Campus Erechim: Rodovia ERS 135, Km 72, CEP: 99700-970– Erechim-RS;

4.3. A execução dos serviços deverá ser realizada em horários posteriormente definidos pela UFFS, e indicados na Ordem de Serviço, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a prestação dos serviços possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais a UFFS.

4.4. De acordo com o requisitante, os serviços objeto deste Termo de Referência poderão ser caracterizados como serviços planejados ou serviços emergenciais, podendo ser considerados como emergência, situações que se configurem em falta de segurança para usuários ou para o patrimônio da instituição ou que causem prejuízo por desperdício de recursos. Será concedida a preferência para a execução dos serviços planejados, conforme detalhamento nos itens abaixo:

4.5. Serviços Emergenciais

4.5.1. Todo serviço emergencial deverá ter ordem de serviço (**ENCARTE B**) emitida por um dos fiscais do contrato e deve ser assinado pela CONTRATADA no momento do atendimento, tendo como custo o preço de deslocamento pago em contrato. A planilha de formação de preço para pagamento dos serviços emergenciais (**ANEXO II** do Edital), deve contabilizar o número de pessoas e o total de horas utilizado para a realização do serviço na data do chamado e o material empregado no conserto/adequação cujo preço deve ser definido junto ao fiscal anteriormente a execução. O pagamento dos serviços ocorrerá da mesma forma que os serviços planejados.

4.6. Serviços Planejados

4.6.1. Para os serviços planejados os valores mínimos para aprovação da execução será respectivamente:

4.6.1.1. Manutenção predial Civil: R\$ 2.500,00;

4.6.1.2. Manutenção predial Hidrossanitário: R\$ 1.500,00;

4.7. Considera-se que haverá uma vistoria trimestral em cada um dos campi, totalizando quatro vistorias mínimas ao ano para cada campi, **todo serviço planejado deve seguir as etapas a seguir:**

4.7.1. ETAPA 1 – Vistoria: Em data previamente agendada, um dos fiscais do contrato e o preposto da CONTRATADA deverão realizar uma vistoria – seguindo o modelo do “**ENCARTE C**” deste Termo de Referência – no *campus* para identificar os locais onde serão realizadas as manutenções. A CONTRATADA deverá fazer registro fotográfico dos locais indicados e encaminhar as fotos para o fiscal do contrato na mesma data da vistoria. O fiscal deverá elaborar um relatório de vistoria (**ENCARTE C**), onde conste a descrição do problema, edificação e local da edificação, assinado pelos vistoriadores. O fiscal deve levar em conta as reclamações do sistema de chamados da UFFS, as notificações de órgãos como prefeituras e bombeiros, além dos manuais de uso, operação e manutenção das edificações. Ao preposto da contratada deverá ser entregue uma cópia do relatório da vistoria para que possa elaborar o cronograma das atividades de manutenção (**ANEXO III** do Edital), que deve ser encaminhada ao fiscal do contrato para aprovação.

4.7.2. ETAPA 2 – Projeto executivo: O fiscal técnico deverá elaborar planilha de medição dos serviços (seguindo **ANEXO II** do Edital) conforme a organização do relatório de vistoria (**ENCARTE C**). Esta planilha de medição será considerada como projeto executivo. Caso os serviços resultem em alteração dos projetos aprovados na prefeitura ou bombeiros, uma nova planta deverá ser confeccionada pelo fiscal que encaminhará o documento para a Secretaria de Obras. Caso seja necessário utilizar materiais diferentes dos empregados nas obras, o fiscal deverá encaminhar a descrição ou catálogo para que o gestor do contrato aprove o uso.

4.7.2.1. Demandas posteriores: devem conter relatório de vistoria e planilha de medição em separado, podendo ser pago na mesma medição desde que aprovado pelo gestor do contrato e feito empenho adicional para o serviço.

4.7.2.2. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PLANILHA:

- a) A data base de preços para os serviços deverá ser sempre Sinapi/(RS/SC/PR) do mês da proposta ou da renovação do contrato.
- b) Preferencialmente a planilha de elaboração dos serviços deverá seguir o modelo da SEO (**ANEXO II do Edital**)
- c) Cada medição deve considerar etapas de mobilização, execução dos serviços, destinação de resíduos e limpeza. A administração local deverá contar sempre com serviços de encarregado geral.
- d) Horas de responsabilidade técnica na execução dos serviços serão pagas conforme a presença do engenheiro na execução, através do código 90777 – Engenheiro Jr.
- e) Confecção de cronogramas, laudos e serviços realizados em escritório serão pagos com 3 horas de serviço do engenheiro.
- f) Na elaboração das composições de preço sempre será considerado o preço de referência acrescidos do BDI contratado e desconto dado pela empresa.
- g) Caso o serviço, peça de substituição ou equipamento não faça parte da lista de materiais do Sinapi será considerado o preço apurado por meio da utilização outra tabela de referência de órgãos ou entidades da administração pública, em publicações técnicas especializadas, conforme dec. 7.983/2013 ou preço médio obtido de pesquisa de mercado com 3 orçamentos conforme IN03/2017 – comprasnet. Em se tratando de material adquirido diretamente do fabricante pode-se considerar a nota fiscal como fonte de preço.
- h) A execução dos serviços em que é necessário quantificar etapas intermediárias, como por exemplo a pintura externa que inclui atividades de limpeza, tratamento de trincas e pintura, deve ser dividida em um conjunto de atividades para que se possa efetuar o pagamento conforme a execução de cada etapa.
- i) Serviços planejados não terão valor de chamado/deslocamento pago, somente serviços de emergência, correspondente a 2 horas do serviço de um engenheiro.

4.7.3. ETAPA 3 – De acordo: O fiscal deverá encaminhar a planilha elaborada em PDF por e-mail para a empresa ou apresentá-la por escrito. A CONTRATADA deverá indicar medidas de segurança, materiais e serviços faltantes no prazo de até 5 dias ou estar de acordo com o orçamento sob pena de notificação por atraso.

4.7.4. ETAPA 4 – Autorização do gestor: O fiscal do contrato deverá encaminhar a planilha de medição e o relatório de vistoria para o Gestor do Contrato, na Secretaria de Obras para que seja realizado o empenho do valor. A execução do serviço poderá ser realizada em mais de uma etapa nos casos de serviços que necessitem de desmontagem ou retirada de revestimentos para quantificar etapas posteriores.

4.7.5. ETAPA 5 – Empenho e Emissão da ordem de serviço: O gestor do contrato encaminhará o empenho para o fiscal que emitirá ordem de serviço para a CONTRATADA.

4.7.6. ETAPA 6 – Execução: O fiscal acompanhará a execução dos serviços e deverá elaborar relatório fotográfico para cada item do relatório de vistoria.

4.7.7. ETAPA 7 – Pagamento: Após o término dos serviços a entrega provisória deverá ser feita com aceite do fiscal administrativo, que deverá reunir os documentos para pagamento e ordenar a emissão da nota fiscal no valor indicado pelo fiscal técnico na planilha de medição dos serviços.

4.7.7.1. Lista de documentação para pagamento:

- a. Nota fiscal atestada / Planilha de medição dos serviços;
- b. Certidões negativas da empresa / Relatório fotográfico dos serviços.

4.8. ESCOPO DAS ATIVIDADES PARA CADA OBJETO

O escopo das atividades para cada objeto apresentadas abaixo serão as seguintes:

4.8.1. CONSTRUÇÃO CIVIL:

4.8.1.1. Predial:

4.8.1.1.1. Realizar eventuais correções ou substituição nos revestimentos (internos e externos) de paredes, tetos, forros (de gesso, fibramineral, fibravegetal), rodafornos, pisos e rodapés, eliminando a existência de trincas, descolamentos, manchas e infiltrações;

4.8.1.1.2. Realizar correções em paredes, eliminando quebras, trincas, fissuras, desgastes, pintura;

4.8.1.1.3. Corrigir falhas em forros internos e recuperar os pontos defeituosos, utilizando os mesmos materiais anteriormente empregados, de forma a manter o nivelamento e pintura da mesma cor já existente;

4.8.1.1.4. Corrigir falhas em telhados e suas estruturas, realizar limpeza de calhas e substituição de telhas;

4.8.1.1.5. Realizar correções, eliminando infiltrações ou vazamentos em lajes, cisternas, platibandas, encontro de vigas e pilares; se necessário, proceder à remoção da vedação e realizar nova impermeabilização;

4.8.1.1.6. Impermeabilização com silicone nos peitoris/ janelas de vidro temperado;

4.8.1.1.7. Reposição de mastique nos prédios em pré-moldado;

4.8.1.1.8. Executar revisão geral de aberturas de madeira: Realizar regulagem, alinhamento, ajuste de pressão, lubrificações de portas e janelas, consertos ou substituição de fechaduras, travas, dobradiças, molas hidráulicas, puxadores, trincos;

4.8.1.2. Rede de GLP:

4.8.1.2.1. Realizar a desmontagem das conexões, aplicação de veda-roscas e a devida remontagem dos componentes em casos onde forem verificados vazamentos de simples correção, sem a necessidade de substituição de peças;

4.8.1.2.2. Correções de vazamentos através de soldas, obedecendo-se as normas aplicáveis;

4.8.1.2.3. Realização de pintura das redes de distribuição, segundo as normas;

4.8.1.2.4. Realização de Teste de Estanqueidade, de acordo com as normas aplicáveis, nas redes primária e secundária dos sistemas prediais, objetivando-se a identificação de focos de vazamento para posterior correção;

4.8.1.2.5. Realização de demolição de alvenaria e/ou concreto simples que estejam impedindo a execução do serviço de manutenção solicitado;

4.8.1.2.6. Execução de regulagens, ajustes mecânicos, recomposição de acabamentos, bem como a substituição de peças que se apresentarem danificadas, gastas ou defeituosas.

4.8.1.2.7. Substituição de peças em geral que se apresentem com prazo de validade expirado, danificadas ou oferecendo risco: válvulas reguladoras de 1º e 2º estágios, mangotes, mangueiras flexíveis, manômetros, registros, entre outras;

4.8.1.2.8. Adequações dos conjuntos de controle e manobra em Centrais de Gás, contemplando os itens exigidos, pelos bombeiros de Santa Catarina(IN 008/DAT/CBMSC) , Rio Grande do Sul(RT/CBMRS) e Paraná(NPT 028/CBMPR) conforme o campus atendido.

4.8.1.2.9. Aperto adequado ao tipo de fixação de conexões roscadas, promovendo perfeita vedação, fazendo-se uso de veda-roscas (vedante tipo teflon);

4.8.1.2.10. Pintura de proteção, de demão de tinta anticorrosiva de fundo epóxi, rica em zinco e curada com poliamida, além de revestimento com fita adesiva plástica anticorrosiva à base de cloreto polivinílico (PVC);

4.8.1.3. Redes de gases especiais:

4.8.1.3.1. Executar testes de estanqueidade para redes de gases especiais utilizados pelas centrais analíticas dos laboratórios e redes de ar comprimido;

4.8.1.3.2. Correções de vazamentos através de soldas, obedecendo-se as normas aplicáveis;

4.8.1.3.3. Realização de pintura das redes de distribuição, segundo as normas;

4.8.1.4. Urbanização:

4.8.1.4.1. Executar reparos nas vias, passeios e sarjetas, com nivelamento do pavimento de calçadas em paver;

4.8.1.4.2. Recomposição de base e subbase, bem como rejuntamento do pavimento;

4.8.1.4.3. Transporte de entulho;

4.8.1.4.4. Limpeza de acessos não pavimentados da ETE e áreas experimentais, com máquina pesada;

4.8.1.4.5. Demarcação de passeios e estacionamento;

4.8.1.5. Sistema Hidrossanitário:

4.8.1.5.1. Realizar adequações nos sistemas hidrossanitários, de água potável, água quente, pluvial e esgotamento sanitário;

4.8.1.5.2. Realizar reparações na vedação de metais, substituindo-as caso necessário;

4.8.1.5.3. Reparar ferragens e louças sanitárias, corrigindo ou substituindo o que estiver danificado;

4.8.1.5.4. Consertar ou substituir registro, válvulas retentoras, torneiras, boias, conexões, caixas sifonadas e outros dispositivos hidráulicos danificados;

4.8.1.5.5. Regular válvulas, caixas de descarga, válvulas de mictórios, registro, engates, sifões e outros dispositivos, trocando-os ou reparando-os quando necessário;

4.8.1.5.6. Corrigir vazamentos e outras anormalidades nos encanamentos da rede de água, esgoto e pluvial;

4.8.1.5.7. Conserto de reservatórios em fibra de vidro, bombas de recalque, bombas do poço, e outros equipamentos do sistema hidrossanitário;

4.8.1.5.8. Manutenção da drenagem pluvial dos passeios, galerias de água pluvial;

4.8.1.5.9. Reparar caixas de esgoto, caixa de inspeção, procedendo-se à limpeza e observando caimento.

4.8.1.5.10. Realizar desentupimento de rede de esgoto predial, pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, ralos, caixas de inspeção;

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. O quantitativo foi estimado pelos requisitantes dos serviços, foram avaliados os projetos e manuais de uso, operação e manutenção além do histórico de ocorrências dos contratos anteriores e vistorias realizadas nos prédios.

5.2. A empresa vencedora do certame deverá ter ciência de que a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência se dará na medida exata em que surgirem as demandas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

5.3. **Conforme solicitado pelo requisitante do objeto, o licitante deverá comprovar, no prazo de até 60 dias após a assinatura do contrato, que possui escritório próprio dentro de um raio de no máximo 280 Km do *campus* pretendido.**

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

- a) Atendimento integral das exigências do Edital;
- b) Atendimento às normas que definem as diretrizes para as manutenções objeto deste Termo;
- c) Qualidade dos serviços prestados;
- d) Pontualidade na execução dos serviços.

6.2. A medição dos serviços será feita com a verificação da realização de cada serviço pelo fiscal onde serão observados os padrões de qualidade dos materiais substituídos, iguais ao previamente instalado.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

7.2. Os equipamentos, ferramentas e instrumentos utilizados deverão ser adequados, necessários e suficientes à boa execução dos serviços sob a responsabilidade da Contratada, os quais deverão oferecer o máximo de segurança no que se refere à prevenção de acidentes e de danos que possam ocasionar à UFFS ou a terceiros.

7.3. A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como estar em conformidade com as determinações das normas técnicas brasileiras, sendo executados por técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda, utilizando sinalização de advertência para o equipamento/local em manutenção e utilização de equipamentos e ferramentas apropriadas, visando maior segurança aos envolvidos e maior vida útil dos equipamentos.

8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.1. Além dos procedimentos estabelecido no **item 4** deste termo, e conforme solicitação do requisitante do objeto em questão, a execução dos serviços e seus recebimentos deverão ocorrer conforme descrito nos itens abaixo:

8.2. Modelo de pedido de recebimento feito pela contratada: Ofício com a identificação dos dados da empresa, dados do contrato, descrição dos serviços que estão sendo entregues.

8.3. A execução dos serviços será iniciada a partir da data indicada no respectivo contrato, cujas etapas observarão o cronograma físico-financeiro, considerando a extensão dos serviços e o disposto nas especificações técnicas.

8.4. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório, consoante critérios e especificações previstas no Caderno de Encargos, ou documento equivalente. Isto será válido para serviços de valor maior que R\$176.000,00 segundo art.74 lei 8.666/93 e art.1 Dec. 9.412/2018 desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade. Para valores inferiores, após a comunicação por escrito do pedido do recebimento será feito o recebimento definitivo de forma direta acompanhado do relatório da fiscalização.

8.5. O recebimento também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções eventualmente exigíveis.

8.6. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de fiscalização técnica designada, acompanhados dos profissionais encarregados pela contratada, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

8.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.8. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última

e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

8.9. Para fins de recebimento definitivo pelo gestor do contrato, será elaborado relatório circunstanciado pela fiscalização contratual contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários.

8.10. O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado, em até 90 dias, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.11. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

8.12. O gestor, após emissão de termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na medição realizada e ratificada.

8.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

9. Da vistoria

9.1. A Lei nº 8.666/93 autoriza, em seu art. 30, inc. III, a Administração a solicitar, como requisito de qualificação técnica, a comprovação de que a licitante realizou visita técnica no local onde serão cumpridas as futuras obrigações contratuais, em momento anterior à apresentação de sua proposta.

9.2. Acerca da finalidade da realização de visita técnica o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 4.968/2011 – Segunda Câmara, assim se manifestou:

“A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. Portanto, a finalidade da introdução da fase de vistoria prévia no edital é propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto”.

9.3. Considerando o exposto nos **itens 5.3.1. e 5.3.2.**, antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar todos os documentos que compõe o edital, sendo **facultativa** a vistoria do local onde serão realizados os serviços. Porém, é recomendado que a licitante realize a vistoria, tendo em vista se apropriar de conhecimento quanto as condições do local onde serão realizados os serviços, podendo assim executar todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, diminuindo a chance de incorrer em omissões, as quais **não** poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

9.4. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções do Edital e seus anexos ora fornecido deverão ser, **antecipadamente**, objeto de impugnação, e não poderão constituir pretexto para o CONTRATADO pretender cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. O CONTRATADO será considerado como especializado na execução dos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor total da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos no projeto, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

9.5. Qualquer dúvida que venha a ocorrer com relação a este Termo de Referência sua fase de licitação ou durante a execução do serviço, por omissão involuntária do Edital e seus anexos, deverá ser objeto de pedido de esclarecimentos, não sendo admitidas interpretações por conta própria.

9.6. A visita **não será realizada de forma coletiva** e deverá ser **agendada** com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, através dos telefones: **Campus Erechim/RS (54)33217075 ou (54)33217039**. Será realizada em conjunto com um servidor habilitado pela **CONTRATANTE**, no local da obra, no horário de 09h00min às 11h30min e 14h00min às 17h00min. A vistoria poderá ser realizada até a data e hora da abertura da licitação.

9.7. A vistoria deverá ser realizada por profissional devidamente qualificado que deverá ser formalmente designado pela proponente, mediante documento escrito em papel timbrado da empresa. Documento esse que deverá ser apresentado à **CONTRATANTE** por ocasião da visita.

9.8. Caso a vistoria seja realizada pelo proprietário ou sócio da empresa, deverá apresentar o mesmo documento especificado no item anterior.

9.9. Será permitido o uso de máquina fotográfica durante a vistoria. Solicita-se que o representante da empresa esteja com vestimenta adequada para a vistoria.

9.10. É vedada a realização de visita técnica por um mesmo representante para diferentes LICITANTES.

9.11. Na habilitação o licitante **deverá apresentar** declaração, conforme modelo ofertado no “**Encarte D**” deste Termo de Referência, de que a empresa licitante, por intermédio de representante técnico, vistoriou o local onde serão realizados os serviços, e de que tomou conhecimento de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação **OU** que a empresa licitante não vistoriou mas conhece e tem ciência de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 10.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4.** Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 10.5.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.6.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG nº 02/2008 e com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 10.7.** A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.
- 10.8.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.9.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.10.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.11.** Arquivar, entre outros documentos de especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 10.12.** Exigir da Contratada que providencie a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Disponibilizar empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC, sempre que necessário;

11.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

11.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, alimentação e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato;

11.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

11.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.16. Além das obrigações previstas acima, a CONTRATADA, deverá obedecer as obrigações previstas pelo requisitante do objeto, conforme descrito abaixo:

11.16.1. A contratada compromete-se em abster-se de praticar quaisquer dos atos descritos no artigo 5º da Lei 12.846/2016, bem como quaisquer outros que eventualmente possam ser entendidos como lesivos à administração pública.

11.16.2. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.16.3. A execução dos serviços deve ser realizada sob Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de profissional habilitado, no valor da contratação vigente ou valor de empenho realizado.

11.16.4. Nomear preposto para representá-la durante a vigência do contrato, realizar reunião com a equipe de fiscalização da UFFS para alinhamento de expectativas contratuais antes do início dos serviços.

11.16.5. Caso necessário, após a assinatura do contrato, a contratada poderá ser convocada a participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

11.16.6. A contratada deverá atender chamados de emergência, no prazo de **4 (quatro) horas**, para solução de problemas que se configurem em falta de segurança para usuários ou ainda para o patrimônio da instituição ou que causem prejuízo por desperdício de recursos e também às atividades acadêmicas e administrativas.

11.16.7. Caso a Contratada não promova o devido atendimento nos prazos fixados nos itens anteriores, fica a Contratante autorizada a contratar os serviços necessários de outra empresa e a cobrar da Contratada os custos respectivos, sem que tal fato a isente da aplicação de sanção contratual aplicável ou provoque, para a Contratante, qualquer perda de garantia dos equipamentos e materiais pertencentes às instalações do elevador.

11.16.8. Da execução dos serviços:

11.16.8.1. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

11.16.8.2. A execução dos serviços deve ser realizada em observância às Normas do Ministério do Trabalho, às Normas Técnicas da ABNT e às Normas e Resoluções do Corpo de Bombeiros Militar de cada estado, em conformidade com práticas de projeto, construção e manutenção ou ainda nas demais *normas descritas nos estudos preliminares* desta contratação.

11.16.8.3. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações estabelecidas.

11.16.8.4. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

11.16.8.5. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.16.8.6. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.16.8.7. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.16.8.8. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.16.8.9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.16.8.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.16.8.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.16.8.12. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.16.8.13. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

11.16.8.14. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

11.16.8.15. A Contratada deve realizar o transporte, montagem, instalação e testes dos componentes/peças fornecidos, conforme as recomendações dos seus respectivos fabricantes.

11.16.8.16. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

11.16.8.17. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

11.16.8.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de

1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.16.8.19. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.16.8.20. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, e quando necessário os equipamentos de proteção coletiva – EPC.

11.16.8.21. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor; Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço; Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

11.16.8.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16.8.23. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

11.16.8.24. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante; Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.16.8.25. Comunicar por escrito ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.16.8.26. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

11.16.8.27. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.16.8.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.16.8.29. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.16.8.30. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

11.16.8.31. Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

11.16.8.32. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.16.8.33. Elaborar Diário de Obra para acompanhamento de serviços em dias sucessivos superiores a 3 dias, quando os serviços tiverem cronograma com medições intermediárias, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento da demanda, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

11.16.9. Das condições ambientais:

11.16.9.1. A Contratada deve responsabilizar-se pelo apropriado descarte/destinação de quaisquer componentes/peças usados e substituídos, além dos resíduos gerados durante a prestação dos serviços, SOB AUTORIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

11.16.9.2. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

11.16.9.3. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

11.16.9.4. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

11.16.9.5. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

11.16.9.6. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

11.16.9.7. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

11.16.9.8. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

11.16.9.9. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

11.16.9.10. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

11.16.9.10.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

11.16.9.10.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

11.16.9.10.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

11.16.9.10.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

11.16.9.11. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

11.16.9.12. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos

os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

11.16.9.13. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

11.16.9.13.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

11.16.9.14. Entende-se que o horário dos serviços que causem ruídos somente possam ser trocados por determinação da fiscalização em função do comprometimento das atividades didáticas, no entanto este risco deve ser considerado no planejamento da contratação para adequação do cronograma. A área do campus não é residencial portanto a emissão de ruídos só fica restrita para casos de serviços realizados em prédios alugados na área urbana: Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

11.16.9.15. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

11.16.9.16. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.16.10. Dos serviços em redes de GLP:

11.16.10.1. A Contratada deve garantir que os materiais adquiridos sejam comprovadamente de primeira qualidade e de primeiro uso, utilizar ferramental e equipamentos adequados para a execução dos serviços, obedecendo rigorosamente aos padrões especificados nas normas da ABNT.

11.16.10.2. Deve ser considerada como preventiva a manutenção que tem por objetivo evitar a

ocorrência de defeitos/falhas em todas as instalações de GLP, conservando-as dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, de acordo com as normas técnicas e instruções normativas específicas.

11.16.10.3. As peças devem ser instaladas de maneira a permitir fácil acesso e manutenção (conservação e substituição), além de permanecerem protegidas contra danos físicos/químicos;

11.16.10.4. Os Testes de Estanqueidade devem ser realizados com ar comprimido ou gás inerte, aplicando-se pressão de, no mínimo, 4 (quatro) vezes a pressão de trabalho, por um período mínimo de 1 (uma) hora.

11.16.10.5. Para os Testes de Estanqueidade realizados em cada sistema predial, deve ser elaborado um laudo técnico apontando os resultados obtidos, com a identificação/localização dos focos de vazamento na rede de distribuição (conexão, terminal, regulador) e no ambiente da edificação (sala “XX”, corredor, central de gás).

11.16.10.6. Apontada a necessidade de interrupção permanente do ramal (lacrando-o), pode ser necessária a instalação de novo ramal substituto, conforme especificações definidas pela Fiscalização do Contrato;

11.16.10.7. As tubulações instaladas devem obedecer aos parâmetros estabelecidos em Normas e Instruções Normativas, quanto ao tipo de material, bitolas/espessuras de parede, afastamentos, traçado, fixação (suportes), proteções mecânicas, tratamento anticorrosivo, pintura, entre outros.

11.16.10.8. Os tubos empregados devem ser isentos de rebarbas, sem defeitos na sua estrutura e nas roscas.

11.16.10.9. Tubos rígidos não devem dobrados, a menos que sob determinadas condições estabelecidas na normatização aplicada.

11.16.10.10. A proteção das tubulações deve apresentar revestimento íntegro, sem danos na superfície, com espessuras de tinta e fita recomendadas pelo fabricante. A fita deve apresentar-se firmemente aderida, isenta de dobras e bolsas de ar, mantendo todas as conexões e soldas também protegidas.

11.16.10.11. É proibido o uso de vedantes a base de fibras vegetais ou tinta.

11.16.10.12. Os serviços só poderão ser realizados sob supervisão de profissional com habilitação para o objeto pretendido (engenheiro civil, mecânico, etc).

11.17. Conforme solicitado pelo requisitante do objeto, comprovará, no prazo de até 60 dias após a assinatura do contrato, que possui escritório próprio dentro de um raio de no máximo 280 Km do *campus* pretendido.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida subcontratação do objeto principal.

12.2. Será admitida a subcontratação do objeto licitatório, em até 40% do total da medição, para atendimento de serviços como manutenção de bombas de recalque, retirada de bomba de poço

artesianos, reparo em rede de gases, testes de estanqueidade ou identificação de vazamentos, por exemplo.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

14.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada acompanhado do documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. Conforme indicado pelo requisitante do objeto a vigência do contrato será de **12 (doze) meses** contados da data de sua assinatura, e deverá obedecer o disposto no caput do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993. De acordo com o inciso II do artigo 57 da referida lei, o contrato **poderá ser prorrogado, no interesse da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses** considerando a essencialidade do serviço, visto que a inexistência destes serviços pode ocasionar comprometimento ao bom andamento das atividades da Instituição. Neste sentido, faz-se importante transcrever os ensinamentos de Marçal Justen Filho acerca dos serviços caracterizados como de natureza continuada, in verbis:

“A identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o disposto abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro. (grifo nosso)

Estão abrangidos não apenas os serviços essenciais, mas também as necessidades públicas permanentes relacionadas com as atividades de menor relevância (tal como limpeza, por exemplo). O que é fundamental é necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010. P. 726)”

15.2. A execução do contrato inicia-se com a emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado, nas hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3. Fica estabelecido para efeitos de cálculo de atualização financeira, que o índice de reajuste será o SINAPI, a ser aplicado aos valores cobrados nos serviços a ser revisto a cada 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

15.4.1. O índice deverá considerar o mês da proposta, para que não se sobreponha aos valores de mercado para que seja possível o cálculo do reajuste junto à renovação do contrato.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.4.1. considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento com ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento de fase de lances.

16.1.5. cometer fraude fiscal;

16.1.6. não manter a proposta;

16.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2. multa moratória de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

16.2.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

16.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei 9.784, de 1999.

16.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Este Termo de Referência foi elaborado com as informações repassadas pelo requisitante do objeto no através do protocolo da solicitação nº 2439/2018 e demais documentos constantes ao longo do processo.

17.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Encartes:

17.2.1. ENCARTE A – Modelo para apresentação de proposta;

17.2.2. ENCARTE B – Modelo de Ordem de Serviço Emergencial;

17.2.3. ENCARTE C – Modelo de Ordem de Serviço Planejado;

17.2.4. ENCARTE D – Modelo de Atestado de Vistoria;

17.2.5. ENCARTE E – Estudos Preliminares e Mapa de Riscos (disponibilizados pelo requisitante do objeto).

Chapecó/SC, 12 de abril de 2019.

FRANCIELI ANZILIEIRO
Chefe do Departamento de Licitações

Eu, **PÉRICLES LUIZ BRUSTOLIN**, Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura/Ordenador de Despesas em Exercício, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente Termo de Referência, visando a **Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de material – sendo serviço de manutenção predial civil, hidráulica – para o campi Erechim/RS**, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 12 de abril de 2019.

PÉRICLES LUIZ BRUSTOLIN
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura/
Ordenador de Despesas

ENCARTE A

MODELO DE CARTA PROPOSTA

(timbre da empresa)

CARTA PROPOSTA

À Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

PE Nº 06/2019 – Republicação do Nº 37/2018

OBJETO: Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de material – sendo serviço de manutenção predial civil, hidráulica – para o campi Erechim/RS.

A *(Razão Social da Empresa)* _____, com sede *(Endereço Completo)* _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada por *(Representante legal da Empresa)* _____, abaixo assinado, tendo examinado as condições do Edital e dos Anexos que o integram, para a prestação dos serviços, vem por meio desta apresentar a proposta no valor total de R\$ _____ - *(Valor Expresso em Reais)* da referida Licitação.

Outrossim declaramos que:

- a) Temos conhecimento do local onde serão executados os serviços.
 - b) Aceitamos todas as condições impostas pelo Edital e seus Anexos.
 - c) Os serviços serão executados conforme condições e prazos fixados no Edital e seus anexos.
 - d) Esta proposta compreende todos os impostos, taxas e encargos, bem como qualquer outra despesa direta ou indireta incidentes para a perfeita execução de todos os serviços.
 - e) Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 120 (cento e vinte) dias.
 - f) Os equipamentos necessários para a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação.
- Até que o Contrato seja assinado, esta Proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital e seus anexos.

_____, de _____, de 2019.

(Nome completo e CPF do Responsável Técnico da Empresa)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
“Superintendência de Compras e Licitações”

ENCARTE B

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO EMERGENCIAL
PE Nº 06/2019 – Republicação do Nº 37/2018

Ordem de Serviço nº XXX/SEO/UFFS/xxxxxx

DATA.

MODELO

À

EMPRESA

CNPJ nº 000000000000000000

LOCAL

1. Informamos que a partir de XXXXXXXXXXXX começa a vigorar o prazo contratual para fornecimento de XXXXXXXXXXXX (empreitada por XXXXXXXXXXXX – tipo XXXXXXXXX), destinados à execução completa dos **serviços da medição xxxxx, empenho xxxx do Campus xxxxxxxxxxxx** da Universidade Federal da Fronteira Sul, a ser fornecido conforme especificações e demais elementos constantes no Termo de Referência do Processo Administrativo nº XXXXXXXXXXXX, RDC/pregão XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e Contrato nº XXXXXXXXXXXX.

- 1 Serve a presente como AUTORIZAÇÃO para início dos serviços.

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

_____	ASSINATURA:
_____	ASSINATURA:
_____	ASSINATURA:
_____	ASSINATURA:
_____	ASSINATURA:

Hora de início:

Hora do fim dos serviços:

ASS. FISCAL

NOME:

SIAPE:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
"Superintendência de Compras e Licitações"

ENCARTE C

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO PLANEJADO
(RELATÓRIO DE VISTORIA – EXECUÇÃO)
PE Nº 06/2019 – Republicação do Nº 37/2018

CONTRATO Nº: _____ CONTRATADA: _____

PRÉDIO OU INFRAESTRUTURA: _____ DATA: ____/____/____

Local na planta	Descrição do problema e extensão do dano: (Ex:cm)	Foto ref.
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		

ASS. FISCAL

NOME:

SIAPE:

ASS. CONTRATADA

NOME:

ENCARTE D

(Papel timbrado da empresa)

ATESTADO DE VISTORIA – PE Nº 06/2019 – Republicação do Nº 37/2018

Declaramos para efeitos do que consta no “**Item 5**” do Termo de Referência do edital do **PE Nº 06/2019 – Republicação do Nº 37/2018**, que o representante da (nominar empresa conforme será apresentado nas propostas), Sr. (nome do representante) portador da cédula de identidade _____, CPF _____, compareceu e efetuou vistoria na área onde será executado os serviços objeto do **PE** em epígrafe, tomando plena ciência da dimensão dos serviços e obras a serem efetuados pela licitante.

....., de de 2019

Assinatura do representante legal
(nome e número da identidade do declarante)

Identificação do Servidor da UFFS

Nome completo: _____

SIAPE: _____

Assinatura – Responsável UFFS

OU

(Papel timbrado da empresa)

ATESTADO DE VISTORIA – PE Nº 06/2019 – Republicação do Nº 37/2018

EFETIVO CONHECIMENTO

Declaramos para efeitos do que consta no “**item 5**” do Termo de Referência do edital do **PE Nº 06/2019 – Republicação do Nº 37/2018**, que o representante legal da empresa (nominar empresa conforme será apresentado nas propostas), Sr. (nome do representante) portador da cédula de identidade _____, CPF _____, tem plena ciência das dimensões e das dificuldades que se encontram nos locais de execução do serviço objeto do PE em epígrafe, declara também que o mesmo tem plena ciência da dimensão e da quantidade dos serviços a serem executados.

....., de de 2019

Assinatura do representante legal
(nome e número da identidade do declarante)

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
"Superintendência de Compras e Licitações"

ENCARTE E

PE Nº 06/2019 – Republicação do Nº 37/2018

OBS.: Destacamos que os documentos abaixo tratam dos Estudo Preliminares onde constam todos os serviços do processo original (PE Nº37/2018), porém, os licitantes deverão ater-se apenas aos serviços do atual processo (PE Nº 06/2019).

Estudos Preliminares conforme IN 05 / 2017 para contratação do serviço de: Manutenção e conservação predial da UFFS.

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES conforme anexo III da In 05:

Lista dos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

- A. Lei n. 12.378 / 2010 que criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, cujas atividades fiscalizadas também podem ser abrangidas pela expressão "serviços de engenharia".
- B. RESOLUÇÃO Nº 218, DE 29 DE JUNHO DE 1973 Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia:

Atividade 10 – Padronização, mensuração e **controle de qualidade;**

Atividade 15 – Condução de equipe de **instalação**, montagem, operação, **reparo ou manutenção;**

Atividade 16 – Execução de **instalação, montagem e reparo;**

Atividade 17 – **Operação e manutenção** de equipamento e instalação;

Conforme o art. 1º da Lei Federal nº 6496/77, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, Agronomia, geologia, meteorologia e geografia, fica **sujeito à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).**

De acordo com as Leis n.º 5.194/66 e 6.839/80, o registro no CREA é **obrigatório toda pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços e/ou obras ou que exerça qualquer atividade ligada ao exercício profissional** da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia.

C. Lei complementar nº 546, de 22 de dezembro de 2014 - dispõe sobre o **código de obras do município de Chapecó** e dá outras providências:

Art. 1º As obras e edificações no Município de Chapecó devem obedecer às normas previstas nesta Lei Complementar, sem prejuízo da observância das demais que tratam da matéria.

§ 2º É direito do proprietário do imóvel, neste promover e executar obras, **mediante prévio conhecimento e consentimento do Município de Chapecó**.

§ 3º **O proprietário do imóvel** ou seu sucessor a qualquer título, **é responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel**, suas edificações e equipamentos, bem como pela observância das prescrições desta Lei Complementar e Legislação Municipal correlata, assegurando-se todas as informações cadastradas no Município de Chapecó relativas ao seu imóvel.

§ 6º Este código aplica-se também às edificações existentes, quando os proprietários pretenderem **reformá-las**, mudar seus usos ou **ampliá-las**.

D. Lei complementar nº 399, de 07 de novembro de 2016 – institui o **código de obras no âmbito do município de Passo Fundo** e dá outras providências.

E. Lei n.º 2598, de 04 de janeiro de 1994. **Disciplina as edificações na área urbana do município de Erechim** e dá outras providências.

F. Lei nº 915/82 dispõe sobre o **código de obras do município de Cerro Largo**.

G. Lei nº 1054, de 20/12/2006 – institui o **código de edificações e obras**, para ações de iniciativa privada e pública, regulamentando as normas edilícias no município de **Realeza**.

H. Lei n.º 052/2014 – institui o **código de obras** do município de **Laranjeiras do Sul** e dá outras providências.

Lista dos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza:

1 – Instalação e desinstalação de ar condicionado:

LEI Nº 13.589, DE 4 DE JANEIRO DE 2018 – Dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes.

2 – Instalação e desinstalação de divisórias: CÓDIGO DE OBRAS

3 – Manutenção de esquadrias e reposição de vidros:

CÓDIGO DE OBRAS;

NBR 10.821-5: 2016 – Manutenção de esquadrias;

4 – Serviços de serralheria: CÓDIGO DE OBRAS;

5 – Manutenção: Pintura externa e interna:

CÓDIGO DE OBRAS;

NBR13245/2011 – Tintas para construção civil — Execução de pinturas em edificações não industriais

6 – Substituição de revestimentos: CÓDIGO DE OBRAS;

NBR 7200 de 08/1998 – Execução de revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas

7 – Manutenção da pavimentação e arredores:

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

CÓDIGO DE OBRAS;

NBR15953 de 05/2011 – Pavimento intertravado com peças de concreto — Execução

NR 21 – Condições de trabalho a céu aberto

NR11 – Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.

8 – Manutenção do sistema de renovação de ar, ventilação e exaustão:

ABNT – NBR 13971/2014 – Sistemas de Refrigeração, Condicionamento de Ar, Ventilação e Aquecimento –Manutenção Programada.

ABNT – NBR 16401/3 – Parte 3: Qualidade do Ar Interior.

Portaria GM/MS nº 3523/1998 do Ministério da Saúde – Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização.

Resolução RE nº 9/2003 da Agência de Vigilância Sanitária –Orientação Técnica sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo.

9 – Manutenção do sistema de GLP:

NBR 15.923: Inspeção de rede de distribuição interna de gases combustíveis em instalações residenciais e instalação de aparelhos a gás para uso residencial – Procedimento;

NBR 13.932: Instalações internas de gás liquefeito de petróleo (GLP) – Projeto e execução;

NBR 13.523: Central predial de gás liquefeito de petróleo;

NBR 14.024: Centrais prediais e industriais de gás liquefeito de petróleo (GLP) – Sistema de abastecimento a granel;

NBR 15.526: Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais – Projeto e execução;

NBR 14.570: Instalações internas para uso alternativo dos gases GN e GLP – Projeto e execução;

NBR 15.358: Rede de distribuição interna para gases combustíveis em instalações industriais – Projeto e execução;

NBR 11.720: Conexões para união de tubos de cobre por soldagem ou brasagem capilar – Requisitos;

NBR 15.345: Instalação predial de tubos e conexões de cobre e ligas de cobre – Procedimento;

NBR 15.489: Soldas e fluxos para união de tubos e conexões de cobre e ligas de cobre – Especificação;

NBR 13.103: Instalação de aparelhos a gás para uso residencial – Requisitos.

NBR 15.514: Área de armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP), destinados ou não à comercialização – Critérios de segurança.

Análise da contratação anterior, ou a série histórica, se houver, para identificar as inconsistências ocorridas nas fases do Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato, com a finalidade de prevenir a ocorrência dessas nos ulteriores Termos de Referência ou Projetos Básicos:

Os termos de referência, contratos, entregas e comunicações do contrato anterior foram avaliados do ponto de vista da adequação para a solução das demandas atuais para cada item:

1 – Instalação e desinstalação de ar condicionado:

O contrato de manutenção do ar condicionado é realizado pela DMAN e o controle é feito pelo número do patrimônio. Não existem contratos vigentes para instalação ou desinstalação de ar condicionado atualmente embora exista a preocupação de sempre manter um registro de preço vigente para o serviço porque a demanda varia conforme as mudanças de locais provisórios para instalações definitivas da UFFS ou a substituição de ar condicionado em casos em que não há contrato de manutenção vigente.

2 – Instalação e desinstalação de divisórias:

Não existem contratos vigentes para instalação ou desinstalação de divisórias atualmente embora exista a preocupação de sempre manter um registro de preço vigente para o serviço porque a demanda varia conforme as mudanças de locais provisórios para instalações definitivas da UFFS e realocação de setores internamente em cada campus.

Dos contratos anteriores pode-se concluir que empresas da região prestam serviços para mais de um local, podendo ser realizado contrato para que mais de um campus seja atendido.

3 – Reposição de vidros: Não existem contratos vigentes e as últimas licitações trouxeram problemas em relação à comunicação com a empresa contratada uma vez que esta não conseguia atender em tempo hábil as solicitações do setor. Muitas vezes a reposição é uma questão de segurança patrimonial ou mesmo para pessoas expostas ao risco de queda dos vidros quebrados em portas e janelas.

As inconsistências encontradas nas contratações anteriores referem-se à demora no atendimento por parte das contratadas fundamentalmente porque as mesmas não são da região e terceirizam os serviços com empresas locais que não tem cadastro no site de compras do governo.

3 – Manutenção de esquadrias:

Não há contratação anterior de serviços de manutenção de esquadrias na instituição. Embora algumas atividades de conservação sejam realizadas por terceirizados existe a indicação em norma que regulagens e manutenções devam ser realizadas por empresa capacitada.

4 – Serviços de serralheria:

Não há contrato vigente para estes serviços e algumas demandas realizadas até hoje foram feitas com dispensa de licitação ou reformas como no caso do telhado dos laboratórios em Realeza.

5 – Pintura externa e interna:

Não há contrato vigente para estes serviços. Alguns foram realizados por equipe interna ou contratação com pregão para serviços pontuais.

6 – Substituição de revestimentos:

Atualmente alguns serviços pontuais são realizados pelos terceirizados do setor de manutenção sendo necessária a contratação específica para serviços maiores, por condições de segurança do trabalho diferentes e por exigir maior tempo de execução prejudicando as atividades de rotina das equipes internas.

7 – Manutenção da pavimentação: Não há contrato vigente ou contratação anterior para este tipo de serviço.

8 – Renovação de ar: Não há contrato vigente ou contratação anterior para este tipo de serviço.

7 – GLP: Não há contrato vigente ou contratação anterior para este tipo de serviço.

Número de interessados na licitação anterior:

Não é comum a falta de interessados nas licitações realizadas anteriormente para estes serviços.

Solução dada para fornecimento de materiais e equipamentos:

Estão sendo considerados o fornecimento de material para execução dos serviços. Para os itens 6 e 2 que são manutenção de esquadrias e divisórias alguns itens são somente de serviço enquanto outros preveem fornecimento de material considerando que sejam usados conforme a demanda, enquanto para o item 1 não será considerado fornecimento de material além da tubulação necessária para adequação na instalação caso a instituição não possua o material em estoque.

Entrega de projetos executivos e manuais:

De forma geral, os serviços serão realizados sob demanda e o projeto executivo dos serviços será realizado pela fiscalização e contratada. Serviços como pintura e substituição de revestimentos ou reparos que dependam de demolição podem ser executados em duas fases, sendo que o projeto executivo ficará dividido nas mesmas quantidades de relatórios feitos pela fiscalização.

1 - Necessidade da contratação:

As demandas apresentadas são necessárias porque implicam na renovação do habite-se das edificações e na manutenção das boas condições dos prédios, conforme a legislação municipal exige.

Características dos serviços: Serviços de instalação, conservação e manutenção realizadas por empresa capacitada (ou seja, registrada no CREA);

Enquadramento como serviços comuns: Sim, são serviços comuns.

Enquadramento como serviço continuado: Sim, são necessários por mais de um exercício financeiro para garantia de condições dos prédios, patrimônio da UFFS, uma vez que a interrupção ou a má prestação do serviço pode acarretar em falta de condições de uso e segurança.

Enquadramento como dedicação exclusiva de mão de obra: Não, a demanda não requer dedicação exclusiva de funcionários terceirizados.

2 - Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade se houver;

Plano de Ação SEO – 30: Manutenção predial do Plano Plurianual da UFFS.

Contratações e Inspeções realizadas no ano anterior;

3 - Requisitos da contratação:

Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada:

- 1 – Instalação e desinstalação de ar condicionado: não há.
- 2 – Instalação e desinstalação de divisórias: não há.
- 3 – Reposição de vidros: **Destinação final de resíduos;**
- 4 – Manutenção com serralheria: **Destinação final de resíduos;**
- 5 – Manutenção: Pintura externa e interna: **Destinação final de resíduos;**
- 6 – Substituição de revestimentos: **Destinação final de resíduos;**
- 7 – Manutenção da pavimentação: não há.
- 8 – Renovação de ar: **Destinação final de resíduos;**
- 9 – redes de GLP: **Destinação final de resíduos;**

Identificar a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

Não há necessidade.

Quadro identificando as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos:

1 – Instalação e desinstalação de ar condicionado:

Participantes das licitações da UFFS:

12.510.074/0001-57	ATENA COMERCIO DE MOVEIS LTDA
86.744.539/0001-70	BSH REFRIGERACAO LTDA - EPP
12.854.925/0001-89	BENJAMIM GUERRA JUNIOR MATERIAIS DE CONSTRUCAO
08.616.613/0001-60	C & Z ELETRO INSTALADORA LTDA - EPP
08.316.250/0001-47	AR QUENTE E FRIO COMERCIO DE CLIMATIZADORES LTDA - ME
73.211.393/0001-56	CLIMA SERVICE REFRIGERACAO LTDA - ME
00.960.036/0001-17	PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME
12.510.074/0001-57	ATENA COMERCIO DE MOVEIS LTDA
19.623.756/0001-15	SP CLIMATISA LTDA - ME

Participantes das últimas licitações nos 3 estados:

07.980.124/0001-20	MARCELO NICOLA CORREA - ME
03.800.477/0001-40	VMLX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LTDA -
12.467.682/0001-26	MAXIMUM COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - EPP
21.278.884/0001-10	LICITA DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP
26.420.034/0001-29	MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME
13.729.630/0001-43	P.L.DO B.GUIMARAES-PLB PRODUTOS
16.602.451/0001-39	PRIME COMERCIAL LTDA - ME
27.687.737/0001-80	ENGENHAR COMERCIAL LTDA - ME
27.093.654/0001-63	SIGA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

26.713.492/0001-56	IMPERIUM COMERCIO VAREJISTA DE UTILIDADES DO LAR EIRELI
10.881.930/0001-55	BARU COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA
12.647.978/0001-29	TMS COMERCIO DE MAQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA - ME
23.588.621/0001-33	VITOR DIOGO WENDLING - EPP
23.811.299/0001-60	OZAIR TAVARES COMERCIAL E SERVICOS EIRELI - ME
20.918.484/0001-60	MIRIAM CRISTIANE PACHECO BURIN - EPP
10.974.412/0001-86	EMPLOY COMERCIO E SERVICOS - EIRELI - EPP
21.147.395/0001-20	F. ALFANO COMERCIAL E SERVICOS LTDA - ME
21.556.019/0001-99	TAVARES E SILVA PROJETOS INSTALACOES E REFORMAS EM GERA
10.348.743/0001-00	RMF ELETRICS SERVICOS ELETRICOS LTDA - ME

2 – Instalação e desinstalação de divisórias:

Participantes das licitações da UFFS:

93.101.830/0001-96	JRV OLIVEIRA & FILHO LTDA - ME
11.121.541/0001-94	COMERCIO DE DIVISORIAS BIANCA LTDA - ME
10.929.715/0001-87	RODRIGO LUIS SCHAEFER - ME
10.302.648/0001-76	R&L INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS DE DECORACOES LTDA
10.525.127/0001-88	JULEAN DECORACOES LTDA - ME
02.404.596/0001-10	DIVITEX COMERCIO DE DIVISORIAS E FORROS LTDA - ME
05.598.516/0001-01	INTRA FORROS, DIVISORIAS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
08.470.749/0001-04	DIVIPATO COMERCIO DE DIVISORIAS LTDA - ME
93.098.978/0001-19	SULCOSKI & CIA LTDA - ME

Participantes das últimas licitações nos 3 estados:

08.939.197/0001-30	ACRIMASTEY LTDA ME
80.170.897/0001-30	TECNOFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DO MOBILIARIO LTDA
10.453.872/0001-69	KOHLER SOARES ENGENHARIA LTDA - ME
89.278.519/0001-40	MARCENARIA SULAR LTDA
23.500.932/0001-07	LAQUESIS ENGENHARIA LTDA - ME
05.642.773/0001-95	PEREIRA & PEREIRA COMERCIO DE PISOS LTDA
02.661.036/0001-41	EXPORTEC LTDA.
09.383.469/0001-21	PAULO BORSATTI & CIA LTDA - ME
15.573.675/0001-05	CIDADES EM PAGINAS LTDA - ME
21.000.092/0001-80	SRB TELECOMUNICACOES EIRELI - ME
05.614.960/0001-65	GDCOLL CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME
04.530.529/0001-78	ENGECAMP ENGENHARIA DE PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA - EP

3 – Reposição de vidros:

Participantes das licitações da UFFS:

14.222.257/0001-00	KAWUE FERRAZZA ZIMMERMANN - ME
17.590.608/0001-16	IVAIR ROQUE ADUATI - ME
12.232.361/0001-42	ODAIR ZANATTA - ME
14.081.551/0001-31	COMPARIN DOS SANTOS & CIA LTDA- ME

Participantes das últimas licitações nos 3 estados:

Universidade Federal da Fronteira Sul
 Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
 Chapecó - Santa Catarina
 Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

06.071.065/0001-04	REAL REFOR ENGENHARIA LTDA - EPP
13.519.987/0001-05	PAPKE CONSTRUTORA LTDA - ME
04.631.940/0001-30	CONSTRUTORA PASQUALOTTO LTDA
16.873.973/0001-75	VIDRACARIA PINHAIS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALUMINIOS E
27.923.240/0001-14	ORIGINAL CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA - ME
22.688.622/0001-97	ANISIO ALVES MOREIRA ESQUADRIAS DE ALUMINIO E VIDROS -
11.501.310/0001-06	ALMEIDA & ROCHA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
12.988.511/0001-42	ADAXATELECOM INDUSTRIAL LTDA - EPP
03.605.966/0001-40	REALFERMETAL SERRALHERIA EM ESQUADRILHA METALICA LTDA -
12.257.852/0001-48	GGG - INCORPORADORA E CONSTRUÇOES LTDA - ME
03.884.308/0001-35	DECORINTER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME
26.655.819/0001-80	MAW COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME
24.200.650/0001-49	DHG CONSTRUTORA LTDA - ME
28.198.016/0001-70	GAAL ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA - ME
14.239.843/0001-50	PROAT MANUTENCAO E SERVICOS LTDA - ME
10.974.412/0001-86	EMPLOY COMERCIO E SERVICOS - EIRELI - EPP

6 – Manutenção de esquadrias, participantes das últimas licitações nos 3 estados:

20.918.484/0001-60	MIRIAM CRISTIANE PACHECO BURIN - EPP
92.685.361/0001-37	CALISTO STAUDT DILL - ME
11.869.527/0001-73	KYRIOS INDUSTRIA E SERVICOS LTDA - EPP
13.670.355/0001-30	ALEX SANDRO RIGHI FAVA - ME
13.624.180/0001-24	W. S. COMERCIO DE REFRIGERACAO E EQUIPAMENTOS INDUSTRIA
18.854.625/0001-86	NUNEZ FARIAS & CIA LTDA - ME
10.688.543/0001-05	SINALIZE PDV SERIGRAFIA GRAFICA E EDITORA LTDA - ME
05.369.508/0001-85	L. CREMONESE & CIA LTDA - ME
22.102.062/0001-47	SAMPAIO SERVICOS E COMERCIO LTDA - EPP
24.280.924/0001-57	JPS MATHEUS COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME
17.671.431/0001-82	GARCIA & NAGEL - CONSTRUÇOES LTDA - ME
08.832.939/0001-24	SALVADOR PINHEIRO DIAS COIMBRA - ME
28.206.165/0001-33	JANDERSON DE ALBUQUERQUE FREIRE EIRELI - ME
17.833.996/0001-19	CRISTO & DIAS CONSTRUÇOES LTDA - ME

7 – Manutenção com serralheria, participantes das últimas licitações nos 3 estados:

10.765.308/0001-81	USINOX SERVICE LTDA - ME
14.780.387/0001-50	FASTLAN SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA. - ME
21.807.865/0001-34	HURGE EMPREITEIRA EIRELI - EPP
03.314.516/0001-07	CENTRO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E SISTEMAS EIRELI - EPP
20.739.399/0001-34	FOUR BUSINESS DESENVOLVIMENTO GERENCIAL LTDA - EPP
21.262.666/0001-98	PEDRO PAULO DA SILVA - CONSTRUCAO CIVIL - ME
03.943.663/0001-38	CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI
23.459.461/0001-22	FERREIRA AMARAL CONSTRUTORA LTDA - ME
21.147.395/0001-20	F. ALFANO COMERCIAL E SERVICOS LTDA - ME

27.162.531/0001-37	GENOVA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI -
12.916.568/0001-36	MARINARI CONSTRUTORA LTDA - ME
09.213.849/0001-18	ELFORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS LTDA - ME
12.573.088/0001-10	AR EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA - ME
17.579.049/0001-43	ARG FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE ARTEFATOS METÁLICOS E

8 – Manutenção: Pintura externa e interna, participantes das últimas licitações nos 3 estados:

05.369.508/0001-85	L. CREMONESE & CIA LTDA - ME
25.209.895/0001-08	VIP SOLUCOES E NEGOCIOS EIRELI - ME
24.935.099/0001-81	BRAGA COMERCIO DE FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO L
07.028.971/0001-99	FOGACA COMERCIO DE FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO
24.777.079/0001-20	KSM ENGENHARIA LTDA - ME
18.717.162/0001-00	CONSTRUTORA PLANOSUL LTDA - ME
01.562.451/0001-85	COVIARTES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP
84.797.695/0001-74	CONSTRUTORA DOTTO LTDA
02.090.952/0001-79	H NUNES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME
24.200.650/0001-49	DHG CONSTRUTORA LTDA - ME
26.375.005/0001-92	KVC ENGENHARIA EIRELI - ME

4 – Estimativas das quantidades:

Definir e documentar o método para a estimativa das quantidades:

A estimativa de quantidades é feita a partir de uma contratação mínima acrescida das demandas de cada campus, considerando inspeções anteriores, troca de setores e histórico de substituições.

Anexo a planilha com a formação das estimativas por campus;

Para os casos em que houver a necessidade de materiais específicos, cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação, avaliar a inclusão de mecanismos para tratar essa questão:

A elaboração do projeto executivo na fase de contrato supre a demanda ao considerar as quantidades necessárias dos materiais para cada serviço.

Memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte:

Anexo a planilha e recomendações para execução do projeto executivo;

Documentos de referência: Projetos e descrições dos materiais instalados durante a obra e verificações nos locais.

5 – Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar:

Considerar diferentes fontes, podendo ser analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias

ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração:

Esta contratação observa a licitação realizada pela UFTPR para seus contratos de manutenção predial considerando melhorias indicadas pela equipe de fiscalização da própria UFTPR e adequações deste contrato para a realidade da instituição.

Ao avaliar o mercado considera-se que foram enumeradas anteriormente uma lista de fornecedores de várias regiões que pudessem prestar serviços de manutenção à Universidade, principalmente aqueles que estão sediados na região.

6 - Estimativas de preços ou preços referenciais:

Definir e documentar o método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais: Uso da planilha SINAPI de cada estado para determinação dos preços.

Memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte: Serão adotados índices de reposição de 0,5% sobre o CUB atualizado para a área construída de cada campus descontando contratos existentes ou previstos para cada campus.

Anexa a planilha de formação dos preços;

7 - Descrição da solução como um todo:

Descrever todos os elementos que devem ser produzidos/ contratados /executados para que a contratação produza resultados pretendidos pela Administração:

Trata-se de serviço de manutenção preventiva e corretiva predial que contempla todos os serviços de manutenção não licitados até o momento.

Os serviços devem ser prestados trimestralmente pela equipe composta de um fiscal do contrato e um preposto da contratada que farão a vistoria e levantamento das demandas em cada campus.

8 - Justificativas para o parcelamento ou não da solução, quando necessária para individualização do objeto:

Dentro da instituição existe a demanda de manutenção dos sistemas instalados que serão parceladas considerando o ramo de atividade das empresas que prestam serviços, considerando alguns itens menores para subcontratação.

9 - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

Considera-se que ao final do planejamento esta contratação complementa as necessidades de conservação e manutenção predial que não são realizadas pelas equipes permanentes dos contratos de conservação nos campi.

10 - Providências para adequação do ambiente do órgão;

Não há.

11 - Contratação correlatas e/ou interdependentes

Não há.

NO CASO DOS SERVIÇOS ENQUADRADOS NA IN 05/2017, SERÁ NECESSÁRIOS O ENVIO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS :

- Anexo II da IN 05 / 2017 - (via física); (documento de formalização de demanda)
- Cópia da Portaria de designação da Equipe de Planejamento da Contratação;
- Mapa de Riscos;
- Memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte ao planejamento da contratação;

12 - Declaração da viabilidade da contratação

Existência de mercado que atenda a solução adotada:

Há mercado que atenda de maneira satisfatória.

Existência de recursos para pagamento:

Existe plano de ação para custeio dos serviços.

Necessidade de adequação ao ambiente:

Não existe.

Necessidade da contratação versus interesse institucional:

Entende-se que seja interesse da instituição realizar serviços de manutenção e conservação civil para atender órgãos fiscalizadores e manter as condições das edificações.

Viabilidade técnica, considerando condições ambientais e exigência de órgãos fiscalizadores:

Não há impedimentos com relação aos serviços listados, embora os serviços de instalação e desinstalação de divisórias alterem o layout e as rotas de fuga aprovadas pelos bombeiros, desta forma qualquer alteração deve ser registrada junto a Secretaria de Obras para que esta informe aos órgãos competentes.

Este planejamento é viável de licitação e contratação;

MAPA DE RISCOS – Manutenção civil predial da UFFS

Fase da análise:

- (x) Planejamento da contratação: Estudo preliminar
- (x) Planejamento da contratação: Elaboração do projeto básico
- () Seleção do fornecedor
- () Gestão do contrato:
 - () Repactuação - apostilamento
 - () Prorrogação com repactuação - aditamento

Observações da SEO para preenchimento:

Art.25 da IN 05/2017 - MPOG: III - Riscos considerados inaceitáveis devem ter ação preventiva para reduzir a probabilidade de ocorrência

Art.25 da IN 05/2017 - MPOG: IV - Riscos com ação preventiva que continuem inaceitáveis em caso de ocorrência devem possuir ação de contingência.

NÚMERO DE RISCOS MARCADOS DE ALTO IMPÁCTO NESTA AVALIAÇÃO:

Riscos que possam comprometer o planejamento:

1. Risco	Não parcelar solução cujo parcelamento é viável, levando a diminuição da competição nas licitações.		
Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta			
Impacto: () Baixo () Médio (x) Alto			
Dano: não permitir que empresas especializadas participem da licitação, com consequente aumento dos valores contratados.			
Ação preventiva: Separar as demandas por área de atuação das empresas para definir os lotes da contratação.			Responsável:
A equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as 4 perguntas a seguir forem positivas: <u>1) É tecnicamente viável dividir a solução?</u> <u>2) É economicamente viável dividir a solução?</u> <u>3) Não há perda de escala ao dividir a solução?</u> <u>4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?</u>			Equipe de planejamento
Ação de contingência:			Responsável:

2 . Risco	Não planejar a contratação da solução como um todo		
Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta			
Impacto: () Baixo () Médio (x) Alto			
Dano: Aquisição de somente parte da solução, inviabilizando a solução da demanda.			
Ação preventiva : Levar em consideração as demandas vindas do campus além do resultado das vistorias.			Responsável:
A equipe de planejamento da contratação realizará os estudos técnicos preliminares identificando todas as partes da solução necessárias ao atendimento da necessidade que motivou a contratação, para somente depois decidir pelo parcelamento ou não para fins de contratação.			Equipe de planejamento
Ação de contingência:			Responsável:

Riscos que possam comprometer a seleção do fornecedor:

1 . Risco	Usar o método de parcelamento do objeto inadequado		
Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta			
Impacto: () Baixo (x) Médio () Alto			
Dano: levar a licitação a não integração das partes da solução, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação ou a necessidade de realizar nova contratação para integração das partes da solução.			
Ação preventiva : Indicar quais itens podem ser subcontratados em cada lote.			Responsável:
Considerar as 4 alternativas no planejamento: <u>a) realização de licitações distintas, uma para cada parcela do objeto (parcelamento formal);</u>			Equipe de planejamento

<u>b) realização de uma única licitação, com cada parcela do objeto sendo adjudicada em um lote (ou grupo de itens) distinto (parcelamento formal) ;</u> <u>c) realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que as licitantes disputem o certame em consórcios (parcelamento material) ;</u> <u>d) realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica do objeto (parcelamento material) ;</u>	
Ação de contingência:	Responsável:

2 . Risco	Falta de propostas vindas de empresas da região
Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta	
Impacto: () Baixo () Médio (x) Alto	
Dano: Fracasso da licitação	
Ação preventiva : Entrar em contato com as empresas avisando da publicação da licitação a tempo de fazer o cadastro no comprasnet	Responsável:
Ação de contingência:	Responsável:

Riscos que possam comprometer a gestão contratual:

1 . Risco	Acréscimo nos custos do contrato por melhorias que estejam fora do escopo
Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta	
Impacto: () Baixo (x) Médio () Alto	
Dano: Intenção da contratada de não renovar por aumento dos custos.	
Ação preventiva: Recomendar composições de preços a serem utilizadas para pagamento dos serviços.	Responsável:
Ação de contingência: Indicar que a atualização da planilha SINAPI é a forma de atualização dos preços do contrato e o valor global do contrato deve ser o índice de custos da construção civil : INCC	Responsável:

Riscos que possam comprometer o alcance dos resultados ou atendam as necessidades da contratação:

1 . Risco	Inexistência de avaliação da necessidade de adequação da organização
Probabilidade: () Baixa () Média (x) Alta	
Impacto: () Baixo () Médio (x) Alto	
Dano: Desconsideração dos custos para adequação na avaliação da escolha da solução a contratar, com consequente escolha da solução que não é a mais vantajosa para a Administração e que inviabiliza a entrega do serviço ou material.	
Ação preventiva : Este contrata contratação supre as necessidades de adequação predial da instituição, necessária para a instalação de equipamentos que demandem adequação dos locais como laboratórios didáticos por exemplo.	Responsável:
Avaliar a necessidade de mudança para viabilizar a utilização da solução, que incluem diversos aspectos, como:	Equipe de

<ul style="list-style-type: none"> . Infraestrutura tecnológica; . Infraestrutura elétrica; . Infraestrutura de ar-condicionado; . Espaço físico; . Estrutura organizacional; . Acesso a sistemas de informação; . Capacitação dos funcionários da contratada referente ao ambiente da organização; . Capacitação de servidores que fiscalizarão o serviço ou mesmo usuários; . Impacto ambiental da implantação da solução; . Impacto na equipe da área especialista; . Impacto na equipe da área beneficiária; . Impacto na rotina dos usuários da solução; . Impacto de mudança de processos de trabalho da organização; . Impacto junto aos diversos interessados; . Outras providências necessárias para a implantação da solução; . Outras providências para lidar com as consequências da implantação da solução. 	planejamento
Ação de contingência:	Responsável:
Adoção da rotina a seguir: Caso seja necessária uma adequação física, a equipe de planejamento encaminha ao Setor de Projetos/SEO da Instituição, o pedido para planejar a adequação e tornar possível a inclusão dos custos na avaliação de viabilidade da contratação. Caso sejam necessárias outras adequações estas devem ser incluídas à solução como um todo ou incluídas no planejamento da instituição em tempo hábil para realização, como por exemplo, a capacitação ou mudança nos processos. Caso não seja possível determinar a inviabilidade da contratação e encerrar o estudo preliminar.	Equipe de planejamento

2 . Risco	Demora no atendimento, o que acontece com a licitação da UFTPR
Probabilidade: () Baixa () Média (x) Alta	
Impacto: () Baixo (x) Médio () Alto	
Dano: Falta de condição de uso pela falta de água, pelo risco de explosão em vazamentos de gás por exemplo.	
Ação preventiva: Limitar abrangência do deslocamento da contratada.	Responsável: Equipe de planejamento
Ação de contingência: Inserir condições de prestação dos serviços com base na IN05/2017, no qual exige matriz ou filial no local da prestação de serviços.	Responsável: Equipe de planejamento

2 . Risco	Falta de definições em relação à abrangência dos serviços ou formas de pagamento para este tipo de contrato.
Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta	
Impacto: () Baixo () Médio (x) Alto	
Dano: Contratações paralelas para serviços não incluídos ou aumento dos custos do contrato não avaliados na proposta.	
Ação preventiva : Descrever procedimento de execução do contrato.	Responsável: Equipe de planejamento.
Ação de contingência:	Responsável:

Responsável: Scheyla M Cardinal
<hr/>